

Valadares, Alexandre Arbex

Working Paper

O perfil na produção da agricultura familiar entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017: Um panorama e sinais de mudanças

Texto para Discussão, No. 2755

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Valadares, Alexandre Arbex (2022) : O perfil na produção da agricultura familiar entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017: Um panorama e sinais de mudanças, Texto para Discussão, No. 2755, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, <https://doi.org/10.38116/td2755>

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/265274>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

TEXTO PARA DISCUSSÃO

2755

O PERFIL NA PRODUÇÃO DA
AGRICULTURA FAMILIAR ENTRE
OS CENSOS AGROPECUÁRIOS DE
2006 E 2017: UM PANORAMA
E SINAIS DE MUDANÇA

ALEXANDRE VALADARES



**O PERFIL NA PRODUÇÃO DA
AGRICULTURA FAMILIAR ENTRE
OS CENSOS AGROPECUÁRIOS DE
2006 E 2017: UM PANORAMA E
SINAIS DE MUDANÇA¹**

ALEXANDRE VALADARES²

1. Este Texto para Discussão integra, como capítulo, a publicação: SANTOS, G. R.; SILVA, R. P. (Org.). *Agricultura e Diversidades: trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil*. Brasília: Ipea. No prelo.

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. *E-mail*: <alexandre.valadares@ipea.gov.br>.

Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
ERIK FIGUEIREDO

Diretor de Desenvolvimento Institucional
MANOEL RODRIGUES JUNIOR

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**
FLÁVIA DE HOLANDA SCHMIDT

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
JOSÉ RONALDO DE CASTRO SOUZA JÚNIOR

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**
NILO LUIZ SACCARO JÚNIOR

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de
Inovação e Infraestrutura**
ANDRÉ TORTATO RAUEN

Diretora de Estudos e Políticas Sociais
LENITA MARIA TURCHI

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas e
Políticas Internacionais**
IVAN TIAGO MACHADO OLIVEIRA

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação
ANDRÉ REIS DINIZ

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>
URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2022

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).
Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: Q15.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2755>

SUMÁRIO

SINOPSE

1 INTRODUÇÃO	6
2 REDUÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	8
3 UTILIZAÇÃO DA TERRA E GRUPOS DE ÁREA.....	10
4 LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS: A MUDANÇA DO PERFIL PRODUTIVO	23
5 PRODUÇÃO ANIMAL.....	33
6 PRODUÇÃO VEGETAL EXTRATIVISTA.....	35
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	38

SINOPSE

Este estudo propõe traçar um panorama das mudanças de utilização da terra e do tipo de produção ocorridas na agricultura familiar brasileira entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017, tendo, como pano de fundo, a redução do número de estabelecimentos familiares no intervalo intercensitário. O objetivo é verificar de que maneira essa redução se explica ou é explicada pelas variações nas formas de uso da terra – lavoura, pecuária, produção vegetal etc. – observadas entre 2006 e 2017. A hipótese extraída da análise dos dados é a de que a agricultura familiar brasileira, historicamente marcada pelas pequenas agriculturas de lavoura nordestina e sulista e suas diferenças socioeconômicas, estaria transitando a uma mudança de perfil com a crescente predominância relativa da agricultura familiar de maior porte fundiário – e mais voltada à pecuária – na região Norte, sobretudo, e na região Centro-Oeste.

Palavras-chave: Censo Agropecuário; agricultura familiar; utilização da terra.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo traçar um panorama das mudanças de utilização da terra e do tipo de produção ocorridas na agricultura familiar brasileira entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017.

O principal dado verificado nos resultados do último censo em relação ao anterior foi a redução do número de estabelecimentos da agricultura familiar, diminuição que, entretanto, não foi acompanhada por um encolhimento proporcional da área de estabelecimentos agrícolas familiares: esta área se manteve praticamente inalterada entre os censos – oscilando de 80,1 milhões de hectares, em 2006, para 80,9 milhões de hectares, em 2017. Del Grossi *et al.* (2021) deixaram claro que a redução do número de estabelecimentos familiares, ou, antes, a “desclassificação” metodológica de pequenos produtores como agricultores familiares, explica-se pelo aumento expressivo de pequenas unidades produtivas com predomínio de mão de obra contratada e renda obtida fora dos estabelecimentos, descumprindo, portanto, dois critérios que informam o conceito legal de agricultura familiar.¹

Em primeira análise, entretanto, a diminuição do número de estabelecimentos familiares de 2006 para 2017, em contraste com a conservação do total da área em estabelecimentos familiares, indicaria o aumento da área média dos estabelecimentos familiares, sugerindo que a perda numérica deles se concentraria nos de menor área. Um estudo de Valadares e Alves (2020) trouxe contribuições a favor dessa hipótese, mostrando que, por trás da conservação da área total da agricultura familiar, se operou uma dinâmica territorial de “substituição” de pequenos estabelecimentos familiares do Nordeste e do Sul por estabelecimentos familiares de maior porte no Norte e no Centro-Oeste.

Essa substituição, contudo, não se deu necessariamente por acréscimo ao número de estabelecimentos – bastante modesto nas regiões em que aumentou –, mas pela “conservação” dos estabelecimentos de maior área em detrimento dos de menor área, com um viés regional claro. Esta dinâmica, por sua vez, sugeriria que, para além de um “deslocamento” da agricultura familiar – da linha tradicional Nordeste-Sul para uma frente de expansão Norte-Centro-Oeste –, modificações importantes quanto ao uso da terra e à atividade produtiva tipicamente familiares também estariam em curso.

1. Pela Lei nº 11.326/2006, com alteração dada pelo Decreto nº 9.064/2017.

A análise desse conjunto de indícios permite levantar a possibilidade de que a agricultura familiar brasileira, historicamente marcada pelas pequenas agriculturas de lavoura nordestina e sulista e suas diferenças socioeconômicas, estaria transitando a uma mudança de perfil com a crescente predominância relativa da agricultura familiar de maior porte fundiário na Amazônia Legal. Este estudo propõe reunir algumas evidências, obtidas a partir dos dados dos censos agropecuários, para qualificar melhor essa transição.

É extensa e minuciosa a literatura que aponta a importância econômica, social e agrária da agricultura familiar no panorama rural brasileiro. Mesmo com a redução do seu número no Censo 2017, os 3,84 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar ainda respondem por 77% do número total de estabelecimentos agropecuários do país, apesar de ocupar apenas 23% da área total. Além disso, a agricultura familiar responde por quase um quarto do valor da produção (VP) dos estabelecimentos e ocupa 66% – 11,6 milhões de pessoas – da mão de obra agropecuária, a maior parte dela – 8,4 milhões de pessoas – por mais de 180 dias no ano. Nas últimas duas décadas, pelo menos, um esforço técnico e acadêmico, empreendido por diversos pesquisadores e pesquisadoras do país, procurou dar conta da magnitude e das especificidades do modelo agrícola familiar. Buainain, Romeiro e Guanzioli (2003), em estudo seminal que buscou delimitar o universo da agricultura familiar nos dados do Censo Agropecuário 1995/1996, já indicavam que esse modelo tem características próprias – marcadas pela diversidade e pelo aproveitamento intenso de recursos escassos – e, também, problemas específicos, como as dificuldades de acesso a mercados e a baixa capitalização. Schneider *et al.* (2014) identificaram, no Censo Agropecuário 2006, a pluriatividade e a pluralidade de fontes de rendimentos como tendência crescente de caracterização da agricultura familiar. Rufino *et al.* (2014) apontaram a permanência do problema da pobreza entre agricultores familiares e os entraves que tal condição impõe ao desenvolvimento socioeconômico dos produtores. Schneider, Gazola e Aquino (2018), também a partir dos dados do Censo Agropecuário 2006, mostraram que a agricultura familiar constitui, apesar dos critérios comuns que a definem, um conjunto social e econômico heterogêneo e complexo, com desigualdades internas persistentes.

Este estudo busca somar esforços a essa longa trajetória de pesquisa, visando contribuir com elementos para a análise das mudanças em curso no universo da agricultura familiar brasileira. Para tanto, este texto se divide em três blocos principais, além dessa introdução. O primeiro intenta qualificar, a partir dos dados regionais, como se deu a redução do número de estabelecimentos familiares; o segundo dá continuidade a essa análise comparando as formas de utilização da terra, em estabelecimentos da agricultura familiar, entre os Censos Agropecuários 2006 e 2017; o terceiro se dedica a mostrar como essa mudança de panorama influenciou sobre os dados de produção. As considerações finais fecham o texto.

2 REDUÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Levando em conta as diferenças metodológicas entre as duas edições dos Censos Agropecuários – 2006 e 2017 –, assinaladas em Del Grossi (2021), o segundo registrou diminuição do número total de estabelecimentos agropecuários familiares: de 4,36 milhões estabelecimentos, em 2006, para 3,89 milhões no último censo, queda de quase 12%. A tabela 1 mostra como a variação dos números por região convergiu para esse resultado negativo.

TABELA 1

Número de estabelecimentos familiares e participação relativa sobre o total – Brasil e Grandes Regiões (2006 e 2017)

Brasil e Grandes Regiões	2006			2017		
	Total	Agricultura familiar	Agricultura familiar/total (%)	Total	Agricultura familiar	Agricultura familiar/total (%)
Brasil	5.175.636	4.366.267	84	5.073.324	3.897.408	77
Norte	475.778	412.666	87	580.613	480.575	83
Nordeste	2.454.060	2.187.131	89	2.322.719	1.838.846	79
Sudeste	922.097	699.755	76	969.415	688.945	71
Sul	1.006.203	849.693	84	853.314	665.767	78
Centro-Oeste	317.498	217.022	68	347.263	223.275	64

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE).

Na comparação geral entre as regiões, fica claro que, na redução do número total de estabelecimentos familiares, as regiões que mais contribuíram com essa perda foram justamente aquelas em que a agricultura familiar se estruturou historicamente no país: Nordeste, com redução de 2,2 milhões para 1,8 milhão (-18%); e Sul, com redução de 849,7 mil para 665,7 mil (-21%) unidades produtivas familiares. A região Sul que, até o Censo 2006, era a segunda em número de estabelecimentos familiares – atrás apenas do Nordeste –, perdeu essa posição para o Sudeste, que teve perda bem menor de unidades familiares (de 699,7 mil para 688,9 mil), configurando um quadro fundiário de relativa estabilidade. Apenas as regiões Norte e Centro Oeste, cuja ocupação agrícola é mais recente, tiveram aumento – ainda que bem modesto – no número de unidades familiares. Apesar disso, em ambas as regiões, o crescimento das unidades não familiares foi maior, a ponto de reduzir a participação relativa da agricultura familiar sobre o total de estabelecimentos em 2017, na comparação com 2006: de 87% para 83%, no Norte; e de 68% para 64% no Centro-Oeste.

A tabela 2 mostra como essa redução do número de estabelecimentos agrícolas familiares por região promoveu uma mudança na participação relativa da área da agricultura sobre a área total de estabelecimentos agropecuários.

TABELA 2

Área de estabelecimentos familiares e participação relativa sobre o total – Brasil e Grandes Regiões (2006 e 2017)

Brasil e Grandes Regiões	2006			2017		
	Total (ha)	Agricultura familiar (ha)	Agricultura familiar/total (%)	Total (ha)	Agricultura familiar (ha)	Agricultura familiar/total (%)
Brasil	333.680.037	80.102.694	24	351.289.816	80.891.084	23
Norte	55.535.764	16.611.277	30	65.213.349	19.767.199	30
Nordeste	76.074.411	28.315.052	37	70.893.865	25.925.743	37
Sudeste	54.937.773	12.771.299	23	60.302.969	13.735.871	23
Sul	41.781.003	13.054.511	31	42.875.310	11.492.520	27
Centro-Oeste	105.351.087	9.350.556	9	112.004.322	9.969.750	9

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE).

Efetivamente, nota-se que, o pequeno crescimento da área ocupada pelos estabelecimentos agrícolas familiares entre os dois censos, em vez de refletir uma estabilidade fundiária no agregado, expressa um deslocamento do “eixo” da agricultura familiar entre 2006 e 2017. Mais exatamente, explica-se pelo fato de que a redução do número de estabelecimentos familiares ocorreu nas regiões de ocupação agrícola mais consolidada ou tradicional (Nordeste e Sul, como já foi visto), nas quais a medida do módulo fiscal é menor, ao passo que a agricultura familiar avançou ou se conservou justamente naquelas regiões de ocupação agrícola intensiva mais recente (Norte e Centro-Oeste), onde a medida do módulo fiscal é maior. Essa diferença é importante porque o tamanho da área de um estabelecimento agropecuário, um dos critérios de enquadramento na categoria “agricultura familiar”, é medido por módulos fiscais.² Assim, se, por um lado, nos municípios da região Sul, o módulo fiscal, em regra, não ultrapassa os 35 ha e, no Nordeste, se

2. Lei nº 11.326, art. 3, I. Além disso: “módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo Incra para cada município, levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de propriedade familiar” (Embrapa, 2012).

restringe frequentemente a esse mesmo limite nos municípios da zona da mata, ficando entre 40 ha e 65 ha nos municípios do agreste e parte do sertão, chegando ao máximo de 70 ha ou 80 ha no sertão do Piauí e do Maranhão.

Por outro lado, na metade leste da região Norte, o módulo fiscal médio já começa em 70 ha ou 80 ha, podendo alcançar até 110 ha na parte oeste da região Norte e no norte do Mato Grosso.³ Essa é a razão pela qual a agricultura familiar, apesar de ter perdido mais de 500 mil estabelecimentos entre os censos, manteve e até mesmo aumentou marginalmente sua área. Ademais, como foi visto em Valadares e Alves (2020), a perda absoluta de estabelecimentos familiares no Nordeste e no Sul incidiu mais fortemente, à parte os “produtores sem área”, sobre os estabelecimentos familiares de menor área.

Como a própria medida do módulo fiscal, definida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para cada município, reflete o tipo de exploração local dominante – sendo, por exemplo, maior para a pecuária que para lavoura –, essa “reposição” da área de agricultura familiar perdida nas regiões agrícolas tradicionais do Nordeste e no Sul por meio do aumento e da conservação (aumento relativo) de áreas de agricultura familiar nas áreas menos “consolidadas” do Norte e do Centro Oeste não apenas se traduz como uma substituição de um número maior de pequenos estabelecimentos familiares nordestinos e sulistas por um número menor de grandes estabelecimentos familiares nortistas e centro-oestinos, como, ainda, tem repercussões sobre as formas de utilização da terra.

3 UTILIZAÇÃO DA TERRA E GRUPOS DE ÁREA

Os dados relativos à utilização da área por estabelecimentos da agricultura familiar apontam na mesma direção das hipóteses levantadas anteriormente. Com efeito, na comparação entre os Censos de 2006 e 2017, cujos números compõem a tabela 3, nota-se que a única forma de utilização da terra que perdeu área em estabelecimentos agrícolas familiares no período foi a lavoura: cerca de 5,1 milhões de hectares a menos – passando de 17,6 milhões de hectares para 12,5 milhões de hectares –, a maior parte destes, quase 4 milhões de hectares, na lavoura temporária.

3. A exceção é Rondônia, onde o módulo fiscal varia entre 55 ha e 65 ha.

TABELA 3

Áreas de estabelecimentos por utilização da terra total e agricultura familiar (2006 e 2017)

Utilização das terras	2006				2017			
	Total (1 mil hectares)	Agricultura familiar (1 mil hectares)	Agricultura familiar/total (%)	Agricultura familiar (%)	Total (1 mil hectares)	Agricultura familiar (1 mil hectares)	Agricultura familiar/total (%)	Agricultura familiar (%)
Total	333.680,00	80.102,70	24	100	351.289,80	80.891,10	23	100
Lavouras	60.592,60	17.639,10	29	22	63.517,80	12.539,80	20	16
Permanentes	11.679,20	4.291,50	37	5	7.755,80	3.069,60	40	4
Temporárias ¹	48.812,80	13.329,20	27	17	55.642,10	9.427,50	17	12
Cultivo de flores	100,6	18,4	18	0	119,9	42,6	36	0
Pastagens	160.042,10	36.251,60	23	45	159.497,50	38.978,30	24	48
Naturais	57.633,20	14.550,70	25	18	47.323,40	12.226,50	26	15
Plantadas aproveitáveis	92.503,30	18.945,20	20	24	100.311,30	22.898,80	23	28
Plantadas degradadas	9.905,60	2.755,60	28	3	11.862,90	3.853,00	32	5
Matas ou florestas	91.724,80	19.323,70	21	24	101.370,50	20.082,50	20	25
Destinadas às áreas de preservação permanente (APP) e reserva legal (RL)	50.933,70	8.120,70	16	10	74.961,80	13.341,90	18	16
Naturais	36.056,90	10.610,20	29	13	17.749,80	5.956,80	34	7
Plantadas	4.734,20	592,9	13	1	8.658,90	783,8	9	1
Sistemas agroflorestais	8.316,10	2.895,10	35	4	13.863,30	4.876,40	35	6
Outros	13.006,90	3.995,20	31	5	13.040,90	4.414,30	34	5

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE).

Elaboração do autor.

Nota: ¹ Inclui forrageiras.

As duas últimas colunas de cada ano na tabela 3 permitem ver que a participação das áreas de lavoura da agricultura familiar, sobre as áreas de lavoura totais, também se reduziu expressivamente (de 29% para 20%) e que, com a redução absoluta da área de lavoura em estabelecimentos agrícolas familiares, seu percentual sobre o total da área da agricultura familiar também se reduziu (de 22% para 16%). As perdas foram mais expressivas, em termos absolutos e relativos, para as áreas de lavoura temporária. Em compensação, a área de pastagens cresceu cerca de 2,8 milhões de hectares em estabelecimentos da agricultura familiar – passando de 36,2 para quase 39,0 milhões de hectares – e essa modalidade de uso da terra passou a cobrir 48% do total da área de estabelecimentos familiares. Vale destacar, nessa expansão, a redução da área de pastagens naturais em contraponto ao aumento das plantadas.

O ligeiro crescimento de áreas de matas e florestas – de 19,3 milhões de hectares para 20,1 milhões de hectares – parece corroborar essa hipótese: enquanto as áreas de matas ou florestas naturais foram reduzidas de 10,6 milhões hectares para 5,9 milhões de hectares, as APPs e RL aumentaram de 8,1 milhões de hectares para 13,3 milhões de hectares.⁴ Isto pode significar a incorporação de novas áreas a estabelecimentos da agricultura familiar que se estruturaram de modo mais consolidado para a exploração econômica, de tal modo que, neles, de maneira geral, as matas e florestas naturais foram reduzidas até os limites definidos em lei para a APP e RL, com todo o restante modificado para a atividade produtiva.

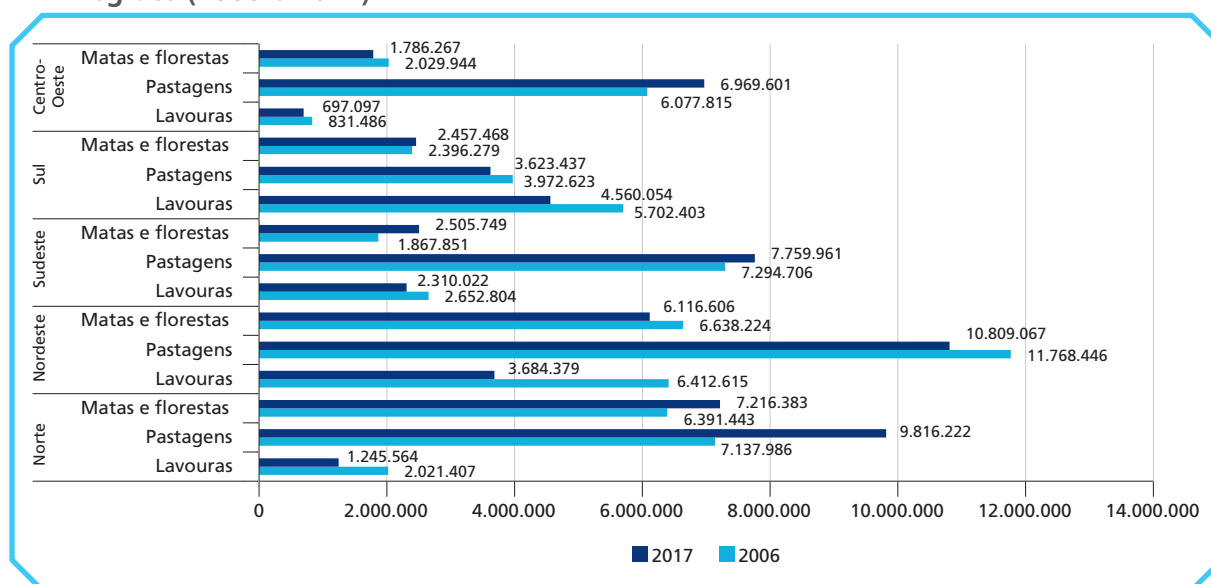
Cabe ressaltar ainda que o aumento das áreas de APP e RL está provavelmente associado à expansão de estabelecimentos familiares na região Norte, tanto em virtude do módulo fiscal maior praticado nessa região, quanto em razão dos percentuais maiores de RL que os proprietários são, por lei, determinados a cumprir na Amazônia.⁵ O que se pode afirmar, portanto, a partir dessa leitura inicial dos dados, é que o crescimento das áreas de pastagem, matas e florestas e, ainda, de sistemas agroflorestais, em estabelecimentos familiares produziu um “saldo” fundiário que compensou a perda, neles, das áreas de lavoura.⁶

O gráfico 1 oferece uma visão de como as formas de utilização da terra, em estabelecimentos da agricultura familiar, se alteraram entre os Censos de 2006 e 2017.

4. Com a Lei nº 12.651/2012, os agricultores tiveram que, obrigatoriamente, se inscrever no Cadastro Ambiental Rural (CAR), e as áreas de RL foram demarcadas nos estabelecimentos por meio de coordenadas geográficas. Áreas de mata nativa, que antes não eram utilizadas para a agropecuária, pela declividade ou porque eram inapropriadas para essa atividade, foram marcadas como RL. As APPs também foram averbadas. Como a lei previa um prazo para a inscrição no CAR, possivelmente muitos agricultores passaram a quantificar melhor essas áreas nos seus estabelecimentos, o que pode ajudar a explicar o aumento delas no Censo 2017.

5. Nos termos do art. 12, da Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal), os imóveis situados na Amazônia Legal devem manter, a título de reserva legal, 80% da área com vegetação nativa, se floresta, e 35% se cerrado. Para os demais territórios, esse limite é de 20%.

6. Optou-se por usar a “área de estabelecimentos” como variável, e não o “número de estabelecimentos”, porque, nesta última, é impossível evitar sobreposições (isto é, estabelecimentos que adotam mais de um uso da terra).

GRÁFICO 1**Área dos estabelecimentos da agricultura familiar por utilização da terra – Grandes Regiões (2006 e 2017)**

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE).

Elaboração do autor.

Como se pode observar, as áreas de pastagens em estabelecimentos agrícolas familiares cresceram significativamente no Centro-Oeste (quase 1 milhão de hectares) e no Norte (quase 3 milhões de hectares). Isto significa que nessas duas regiões, como visto, “compensaram” a perda da área total da agricultura familiar no Nordeste e no Sul, bem como a área da agricultura familiar expandiu-se sob o impulso da pecuária. Mais que isso: tanto no Centro-Oeste quanto no Norte, houve redução da área de lavoura em estabelecimentos agrícolas familiares, e apenas no Norte se observou, levando em conta os motivos indicados antes – maior módulo fiscal e maior proporção de RL –, um aumento das áreas em matas e florestas.

Nas regiões Sul e Nordeste, onde praticamente todos os usos da terra perderam área, a redução das áreas de pastagens foi acentuadamente inferior à redução das áreas de lavoura. Ou seja, além do porte dos estabelecimentos, o tipo de uso da terra – e as pastagens estão em regra associadas a áreas maiores – pode ter sido um vetor seletivo na definição dos estabelecimentos familiares conservados. No Sudeste, por sua vez, as duas atividades – pecuária e lavoura – se mostraram relativamente estáveis em termos de área, com pequeno viés de alta para a primeira e de baixa para a segunda. Esse conjunto de informações ajuda a qualificar melhor a hipótese – ou a tendência – de que o uso da terra na agricultura familiar passou, no Censo 2017, a ser mais dominado por pastagens, em áreas médias relativamente maiores, no Norte e no Centro-Oeste,

substituindo parcialmente a perda de áreas de lavoura, em estabelecimentos relativamente menores, no Nordeste e no Sul.

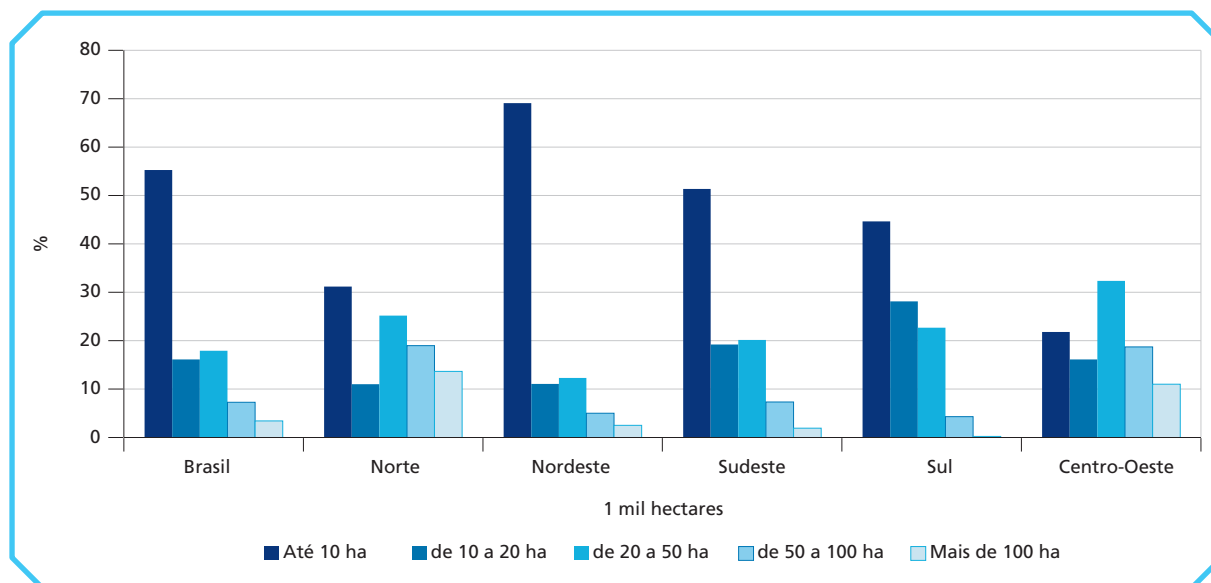
Os dados por “grupos de área” reforçam as evidências de que a conservação da área total da agricultura familiar se realizou por meio do seu crescimento relativo nas regiões de maior módulo fiscal (Norte e Centro-Oeste), com estabelecimentos situados em faixas de área maior e cujas terras são destinadas à pastagem. Em 2006, os estabelecimentos com mais de 50 ha abrangiam 51,1% da área; em 2017, concentravam 53,2% da área de estabelecimentos da agricultura familiar. Essa pequena variação expressa a estabilidade da estrutura fundiária regional dos estabelecimentos familiares, por grupos de área. Em termos de número de estabelecimentos, os gráficos a seguir mostram que a distribuição *relativa* de estabelecimentos por grupos de área se alterou muito pouco nas regiões entre 2006 e 2017.

Apesar disso, a comparação exposta na tabela subsequente ao gráfico 2 mostra que, excetuando-se a região Nordeste, em todas as demais, os estabelecimentos familiares com mais de 50 ha tiveram expressivo crescimento em número de 2006 para 2017. No Norte, a alta foi de 124,8 mil para 135,7 mil (9%): conquanto nessa região, em termos relativos, tenha havido crescimento ainda mais expressivo do número de estabelecimentos de até 10 ha (48%), chama atenção que o número total de estabelecimentos até essa faixa, em 2017 – 176,8 mil – não seja tão maior que o número de estabelecimentos de mais de 50 ha (77,7 + 58,0 ou 135,7 mil). No Centro-Oeste, algo parecido, mas mais contundente, acontece: em 2017, estabelecimentos familiares de até 10 ha – 50,7 mil – eram menos numerosos que os de mais de 50 ha (65,3 mil).

Ao mesmo tempo, nas regiões Nordeste e Sul, onde se verificou perda global de estabelecimentos familiares, os estabelecimentos com até 10 ha tiveram perdas absolutas mais expressivas que os estabelecimentos superiores a 50 ha. Ou seja, adicionalmente, mesmo nas regiões em que se verificou a diminuição do número de estabelecimentos, esta redução foi maior, relativamente, entre os de menor área. Assim, em uma estrutura fundiária estável em termos de grupos de área, parece haver uma dinâmica em que estabelecimentos familiares menores no Nordeste e no Sul estão sendo substituídos por maiores no Norte e no Centro-Oeste. Em tese, “criar” um estabelecimento familiar de maior área (por aquisição ou ocupação, por exemplo) é mais difícil que “criar” um estabelecimento familiar pequeno (por fracionamento por sucessão hereditária, por arrendamento parcial etc.), a reposição que acontece em termos de área não se faz acompanhar de um aumento no número de estabelecimentos.

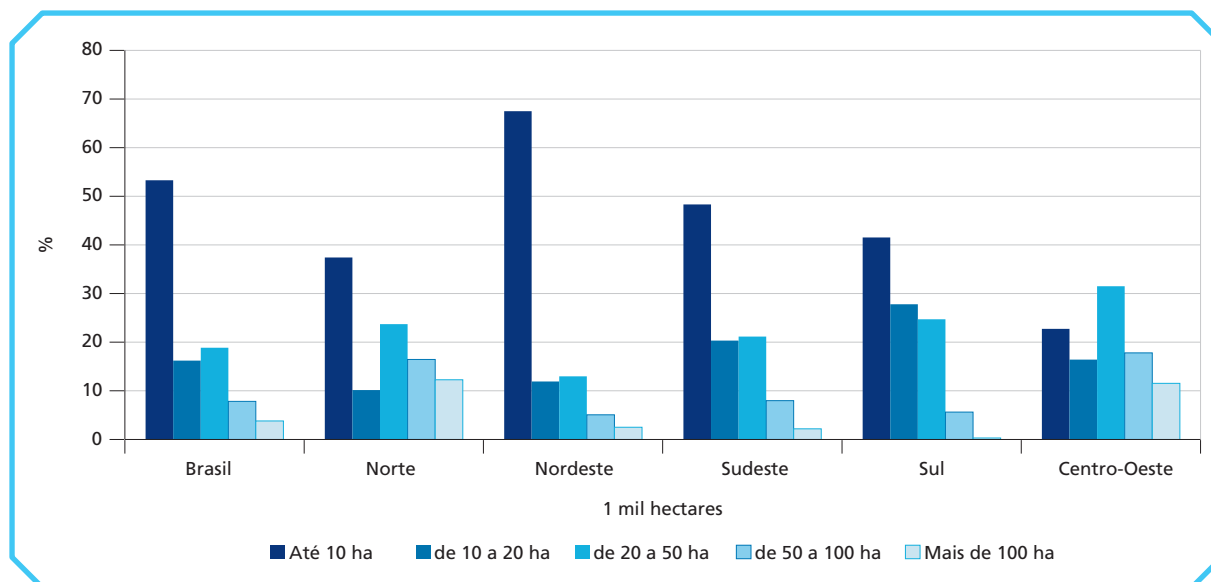
GRÁFICO 2**Número de estabelecimentos agrícolas familiares por grupos de área – Brasil e Grandes Regiões (2006 e 2017)**

2A – 2006



Grupos de área	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	4.124,2	382,5	2.014,4	681,7	831,6	213,9
Até 10 ha	2.279,2	119,2	1.391,9	350,0	371,4	46,6
De 10 a 20 ha	664,6	42,1	223,3	130,9	233,8	34,5
De 20 a 50 ha	739,3	96,4	247,6	137,5	188,6	69,2
De 50 a 100 ha	299,8	72,6	101,2	50,1	35,9	40,0
Mais de 100 ha	141,4	52,2	50,4	13,2	1,9	23,6

2B – 2017



Grupos de área	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	3.843,0	472,6	1.797,0	686,4	664,1	222,8
Até 10 ha	2.048,1	176,8	1.213,1	331,8	275,8	50,7
De 10 a 20 ha	623,2	48,1	214,3	139,6	184,7	36,6
De 20 a 50 ha	725,1	112,1	233,5	145,1	164,2	70,2
De 50 a 100 ha	300,7	77,7	91,1	54,9	37,3	39,7
Mais de 100 ha	145,9	58,0	45,1	15,0	2,1	25,7

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE).

Em termos de área, os efeitos dessa tendência ficam mais evidentes: em todas as regiões, à exceção do Nordeste, cresceu a área absoluta de estabelecimentos com mais de 50 ha. Na mesma estabilidade relativa, como mostra o gráfico 3, vê-se um movimento de crescimento da área da agricultura familiar contida em estabelecimentos de mais de 50 ha no Norte, onde eles aumentaram de 12,5 milhões de hectares para 14,9 milhões de hectares. Com isso, em 2017, um quinto da área total de estabelecimentos agrícolas do país estava contida em estabelecimentos da agricultura familiar com mais de 50 ha. Somando-se a este total a área em estabelecimentos agrícolas familiares de mais de 50 ha na região Centro-Oeste – que cresceu de 6,4 milhões de hectares para 6,9 milhões de hectares –, resulta que os estabelecimentos familiares com mais de 50 ha nordestinos e centro-oestinos abrangem um quarto da área total de estabelecimentos agrícolas familiares do país. Em contrapartida, apenas no Nordeste e no Sul, estabelecimentos com menos de 10 ha perderam área, de um censo para outro: assim, as unidades familiares de até

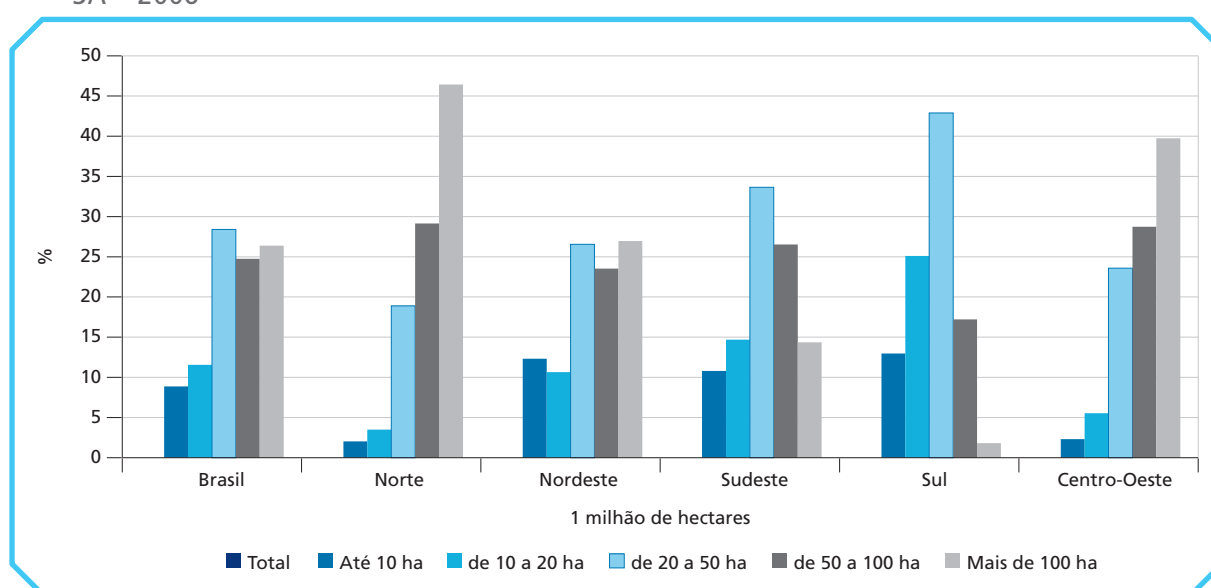
TEXTO para DISCUSSÃO

10 ha no Nordeste e no Sul respondem, sozinhas, por uma diminuição de 274,4 mil estabelecimentos e de 700,0 mil hectares de agricultura familiar.

GRÁFICO 3

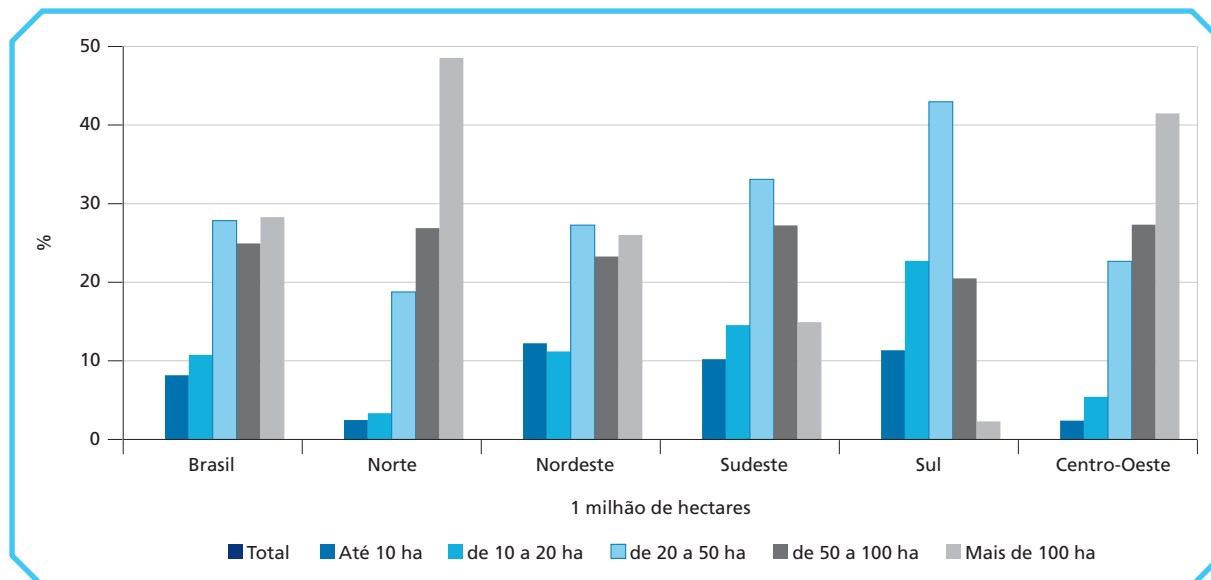
Área dos estabelecimentos agrícolas familiares por grupos de área – Brasil e Grandes Regiões (2006 e 2017)

3A – 2006



Grupos de área	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	80,103	16,611	28,315	12,771	13,055	9,351
Até 10 ha	7,112	0,337	3,486	1,378	1,694	0,217
De 10 a 20 ha	9,266	0,580	3,016	1,875	3,277	0,517
De 20 a 50 ha	22,759	3,139	7,519	4,296	5,600	2,205
De 50 a 100 ha	19,826	4,842	6,661	3,389	2,248	2,686
Mais de 100 ha	21,141	7,713	7,634	1,833	0,236	3,716

3B – 2017



Grupos de área	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	80,891	19,767	25,926	13,736	11,493	9,970
Até 10 ha	6,603	0,487	3,172	1,402	1,303	0,239
De 10 a 20 ha	8,711	0,659	2,903	1,998	2,611	0,540
De 20 a 50 ha	22,522	3,709	7,071	4,545	4,937	2,260
De 50 a 100 ha	20,169	5,316	6,034	3,740	2,355	2,724
Mais de 100 ha	22,885	9,595	6,745	2,050	0,264	4,136

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE).

Os dados aduzidos até aqui permitem apontar que, tendo como pano de fundo uma relativa estabilidade fundiária da agricultura familiar quanto ao total da área agregada e à distribuição de seus estabelecimentos por faixa de área internamente a cada região, verifica-se que, entre os Censos de 2006 e 2017, operou-se uma dinâmica fundiária que alterou de modo significativo o panorama da agricultura familiar brasileira. As unidades familiares de menor faixa de área – até 10 ha – no Sul e no Nordeste, historicamente características da agricultura familiar do país, estão perdendo espaço, enquanto unidades de maior faixa de área – mais de 50 ha – no Norte e no Centro-Oeste têm passado a ditar expansão (ou a conservação) da agricultura familiar do Brasil. A tabela a seguir adiciona outro fator a essa dinâmica, o uso da terra, agora considerado sob a perspectiva regional.

TABELA 4
Área de estabelecimentos familiares por uso da terra – Grandes Regiões (2006 e 2017)

Grandes Regiões	2006						2017					
	Lavoura (ha)	(%)	Pastagens (ha)	(%)	Matas (ha)	(%)	Outros (ha)	(%)	Total (ha)	(%)		
Norte	2.021.407	12,20	7.137.986	43,00	6.391.443	38,50	1.060.441	6,40	16.611.277	100		
Nordeste	6.412.615	22,60	11.768.446	41,60	6.638.224	23,40	3.495.767	12,30	28.315.052	100		
Sudeste	2.652.804	20,80	7.294.706	57,10	1.867.851	14,60	955.938	7,50	12.771.299	100		
Sul	5.702.403	43,70	3.972.623	30,40	2.396.279	18,40	983.206	7,50	13.054.511	100		
Centro-Oeste	831.486	8,90	6.077.815	65,00	2.029.944	21,70	411.311	4,40	9.350.556	100		
Grandes Regiões	Lavoura (ha)	%	Pastagens (ha)	%	Matas (ha)	%	Outros (ha)	%	Total (ha)	%		
Norte	1.245.564	6,30	9.816.222	49,70	7.216.383	36,50	1.489.030	7,50	19.767.199	100		
Nordeste	3.684.379	14,20	10.809.067	41,70	6.116.606	23,60	5.315.691	20,50	25.925.743	100		
Sudeste	2.310.022	16,80	7.759.961	56,50	2.505.749	18,20	1.160.139	8,40	13.735.871	100		
Sul	4.560.054	39,70	3.623.437	31,50	2.457.468	21,40	851.561	7,40	11.492.520	100		
Centro-Oeste	697.097	7,00	6.969.601	69,90	1.786.267	17,90	516.785	5,20	9.969.750	100		

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE).

Ora, a tabela 4 mostra que, nas regiões onde a agricultura familiar aumentou sua área – Norte e Centro-Oeste –, a maior parte desse acréscimo foi incorporada, em termos absolutos e relativos, pelas *pastagens*. Embora o Nordeste siga mantendo a dianteira em termos de área reservada à pastagem (10,8 milhões de hectares em 2017), essa área vem se reduzindo em termos absolutos (caiu 8% em relação a 2006), e, embora o Sudeste siga sendo a região com maior proporção de área na pecuária (56,5%), com pequeno ganho absoluto, a agricultura familiar do Norte teve, em 2017, um aumento de 2,7 milhões em área de pastagem em relação a 2006, um crescimento equivalente a 37,5%: assim, em 2017, a atividade já correspondia à metade da área agrícola da região. Considerando a redução das áreas de lavoura em estabelecimentos familiares no Norte (de 2,02 milhões de hectares para 1,24 milhão de hectares), as pastagens foram responsáveis por 68,1% de toda a área agropecuária somada à agricultura familiar da região. Ou seja, de toda a extensão de terras acrescentada a estabelecimentos agrícolas familiares no Norte, mais de dois terços foram convertidas em pastagens. No Centro-Oeste, o domínio da pecuária nos estabelecimentos familiares se consolidou ainda mais, indo de 65% para quase 70%, com o acréscimo de 891,7 mil hectares à atividade nos estabelecimentos familiares da região, onde lavoura e matas e florestas perderam, juntas, cerca de 378 mil hectares. Levando em conta que Nordeste e Sul perderam 3,95 milhões de hectares e Sudeste, Norte e Centro-Oeste acrescentaram 4,74 milhões de hectares (gerando o ganho de 788,4 mil hectares), a expansão de pastagens na região Norte representou, sozinha, quase 60% do ganho total de área da agricultura familiar do país.

É importante notar que esse crescimento de pastagens foi puxado por estabelecimentos familiares acima de 50 ha e de 100 ha. No gráfico 4, em que se relacionam as formas de utilização da terra, na agricultura familiar, com a faixa de área, pode-se ver, na comparação entre 2006 e 2017, que as pastagens aumentaram em todas as faixas de área, à exceção dos imóveis com menos de 10 ha (que diminuía sua participação proporcional na área de estabelecimentos da agricultura familiar). Além disso, a participação proporcional das áreas de lavoura se reduziu em todas as faixas de áreas, e as matas e florestas permaneceram estáveis. Se, tal como visto, a área agropecuária total da agricultura familiar pouco se alterou (ficando em torno de 80 milhões de hectares nos dois censos), pode-se dizer que as mudanças de utilização da terra se processaram, com retiradas e acréscimos, no mesmo estoque.

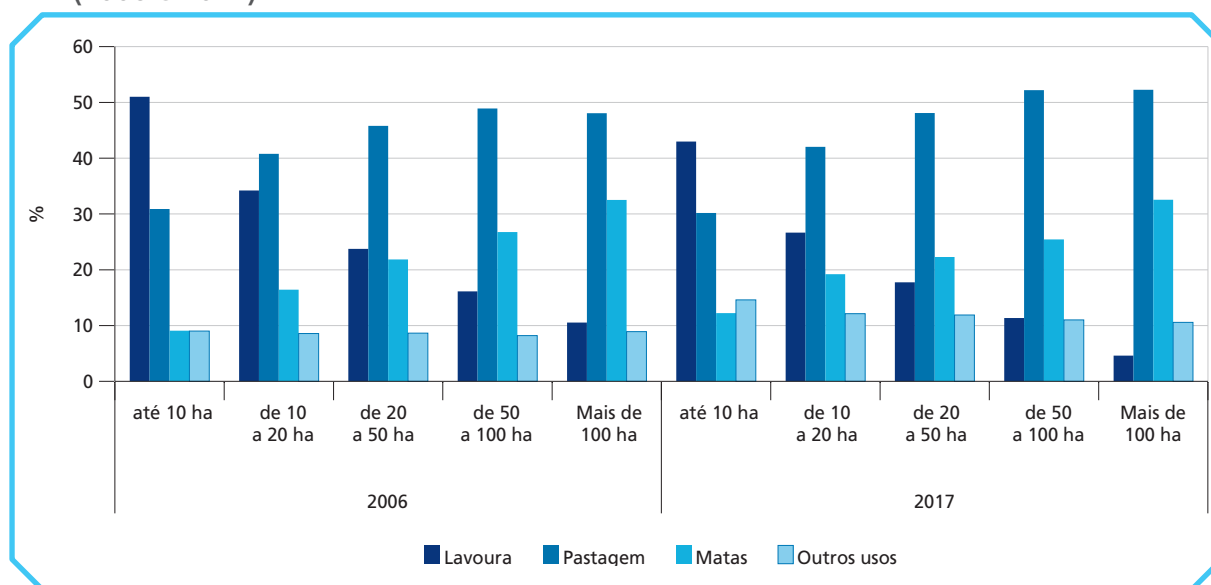
Em termos agregados, os estabelecimentos de agricultura familiar perderam, de 2006 para 2007, 5,12 milhões de hectares em lavouras. Essa perda foi compensada e ultrapassada pelo acréscimo de 5,91 milhões de hectares nas outras atividades; deste total, as pastagens contribuíram com 46%, a modalidade “outros” com 41% e as matas e florestas com 13%. A modalidade “outros” engloba usos não diretamente, não exclusivamente ou não atualmente usadas na exploração agrícola – lâminas d’água, tanques, lagos, açudes, áreas construídas, benfeitorias,

TEXTO para DISCUSSÃO

caminhos e terras degradadas ou inaproveitáveis –, e seu crescimento de área se deu, sobretudo, na região Nordeste, o que pode indicar que, nos estabelecimentos familiares da região, pode ter havido conversão de terras de uso agrícola em não agrícola ou aumento de áreas degradadas ou não aproveitáveis. Em todo caso, isso constitui um sintoma de perda de intensidade da atividade agrícola “direta” em estabelecimentos familiares na região. Essa perda, no entanto, pode ter sido fortemente determinada pela seca que assolou o Nordeste entre 2012 e 2017, a mais severa dos últimos cem anos. Com isso, a redução de unidades agrícolas familiares na região pode ser a expressão de um efeito conjuntural, cujas consequências de longo prazo não podem ainda ser vislumbradas.

GRÁFICO 4

Usos da terra em estabelecimentos agrícola familiares por faixas de área – Brasil (2006 e 2017)



Fonte: Censo Agropecuário (IBGE).

Chama a atenção, ainda, que estabelecimentos de até 20 ha – característicos das regiões Nordeste e Sul, dado o módulo fiscal médio praticado nelas –, tenham perdido 320 mil hectares de pastagem, enquanto estabelecimentos de mais de 50 ha (mais presentes relativamente no Norte e no Centro-Oeste) acrescentaram 2,6 milhões de hectares de pastagem ao estoque fundiário da agricultura familiar, contribuindo para a estabilidade do total da área de estabelecimentos agrícolas familiares no país. Com efeito, lançando novamente um olhar para as regiões, vemos, a partir dessa outra perspectiva, como esse movimento representou, em linhas gerais, uma substituição de áreas de lavouras no Nordeste e no Sul, em estabelecimentos familiares menores, por acréscimo

de áreas de pastagem nas regiões Norte e Centro-Oeste. A tabela 5 traz a variação de área por utilização da terra e região, com saldo total de 2017 em relação a 2006.⁷

TABELA 5

“Saldo” de área em estabelecimentos da agricultura familiar por utilização da terra e região – Brasil (2006 e 2017)

Região	Lavoura	Pastagem	Matas	Outros	Total
Norte	-776.916	2.663.124	845.640	300.389	3.032.237
Nordeste	-2.729.972	-963.060	-528.034	1.831.756	-2.389.310
Sudeste	-342.774	465.739	636.509	205.095	964.569
Sul	-1.144.002	-349.038	48.760	-139.633	-1.583.913
Centro-Oeste	-134.770	890.803	-310.637	111.704	557.100
Total	-5.128.434	2.707.568	692.238	2.309.311	580.683
Brasil	-5.123.586	2.722.990	758.918	2.430.064	788.386
<i>Missing</i> ¹	4.848	15.422	66.680	120.753	207.703

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE).

Nota: ¹ Para maior compreensão do termo, recomenda-se consultar a nota de rodapé número 7 desta publicação.

Considerando os valores totais dos “saldos” por região, vê-se que o maior acréscimo de área à área total dos estabelecimentos familiares ocorreu no Norte, com 3,03 milhões de hectares. Este saldo inclui a perda de 776 mil hectares de lavoura, compensados e ultrapassados pelo acréscimo de 3,81 milhões de hectares, para os quais as áreas de pastagem contribuíram com 70%. Dos 2,66 milhões de hectares acrescentados à área de pastagem no Norte, 82% (2,19 milhões de hectares) vêm de pastagens criadas ou conservadas em estabelecimentos familiares com mais de 50 ha. Ou seja, o efeito compensatório que o Norte aporta ao total de área de estabelecimentos familiares decorre, predominantemente, de áreas de pastagem em estabelecimentos com mais de 50 ha. Da mesma forma, as reduções de áreas de lavoura no Sul (-1,58 milhão de hectares) e no Nordeste (-2,39 milhões de hectares) ocorreram, predominantemente em áreas de lavoura:

7. Um reparo metodológico importante: existe uma diferença entre o total somado das regiões e o total agregado (Brasil) correspondente a 207,7 mil hectares, em razão da presença de valores não especificados de área para unidades existentes e contabilizadas no agregado. A regra empregada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estipula que territórios com menos de três informantes são desidentificados com X. Mas tal ocorrência incide quase que exclusivamente em estabelecimentos de mais de 500 ha. Esse *missing* é, em todo caso, apresentado na tabela 5, e nota-se que ele se concentra largamente em áreas de matas e florestas (APP e RL sobretudo) e áreas construídas. Isto acontece quando a informação é imprecisa quanto à utilização, mas a área total do estabelecimento é conhecida.

todas as áreas perdidas somam 4,22 milhões de hectares, dos quais as perdas de lavoura representam 65%. Dessa área de lavoura perdida, 54% ocorreram em estabelecimentos menores que 50 ha. Quanto ao Sul, o mesmo se observa: houve perda total de 1,63 milhão de hectares, apenas levemente compensada pelo acréscimo de 48 mil hectares de matas ou florestas. Mas, da perda total, 1,14 milhão (ou 70%) diz respeito à diminuição de áreas de lavoura, ocorrida totalmente em estabelecimentos de até 50 ha (com pequeno acréscimo nas faixas superiores). Da construção do “saldo” positivo, participam ainda o acréscimo de áreas no Sudeste – sobretudo em matas e floresta – e no Centro-Oeste – pastagens –, como a tabela permite ver.

Antes, contudo, de entrar na análise das mudanças de perfil produtivo da agricultura familiar, é necessário frisar que tanto a redução do número total de estabelecimentos familiares nordestinos – reiterada até aqui – quanto a retração das culturas temporárias na região – que se verá a seguir – devem ser ponderadas à luz dos efeitos da seca que maltratou o Nordeste de 2012 a 2017, sendo este último o ano de realização do censo. Essa longa seca do semiárido, considerada por especialistas a pior dos últimos cem anos (Rebello, 2018), talvez explique esse movimento de modo mais decisivo que a dinâmica agrária da região, ainda que, historicamente, a questão da seca no Nordeste seja um vetor integrante fundamental dessa mesma dinâmica agrária.⁸

4 LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS: A MUDANÇA DO PERFIL PRODUTIVO

4.1 Lavouras permanentes

O Censo Agropecuário contabiliza, como estabelecimentos que praticam a lavoura permanente, apenas aqueles que registram mais de 50 pés de determinada cultura vegetal. Neste estudo, para efeitos de comparação entre as edições dos Censos de 2006 e 2017, vão-se considerar somente os dados de culturas listadas nos dois anos da pesquisa e as variáveis correspondentes.

Como visto anteriormente na tabela 3, em termos de área, as lavouras permanentes em estabelecimentos da agricultura familiar perderam cerca de 1,2 milhão de hectares entre 2006 – quando abrangiam 4,3 milhões de hectares – e 2017 – quando se reduziram a 3,1 milhões de hectares em unidades produtivas familiares. Contudo, uma vez que, englobando na conta os estabelecimentos da agricultura patronal, a perda total de área de culturas permanentes em estabelecimentos agropecuários foi ainda mais expressiva – de 11,7 milhões de hectares para 7,7

8. Uma das diversas referências clássicas sobre o tema é Oliveira (1977).

milhões de hectares –, a agricultura familiar acabou por aumentar sua participação relativa – de 37% para 40% – sobre a área total de lavouras permanentes no país. No entanto, considerando a área total de estabelecimentos familiares, tais lavouras não respondem por mais de 4% do uso das terras.

Observando mais detidamente, a partir das variáveis típicas para aferir a grandeza dessa produção, nota-se que, em área colhida, a participação relativa da agricultura familiar sobre a área colhida total da lavoura permanente aumentou de 42,5% para 44,7%. Em termos absolutos, apesar da redução da área geral reservada a lavouras permanentes em estabelecimentos familiares, a área colhida total da lavoura permanente em unidades agrícolas familiares cresceu de 1,69 milhão de hectares para 1,94 milhão de hectares. Em relação ao VP, houve, entre os censos, queda na participação relativa da produção agrícola familiar sobre o total, na lavoura permanente: em 2006, a agricultura familiar respondia por 41% – ou R\$ 21,5 bilhões – do VP para tais culturas; em 2017, esse índice caiu a 34% – R\$ 14 bilhões.⁹

Agrupando-se os principais produtos da lavoura permanente por tipos, pode-se estimar melhor a evolução dessa cultura em unidades familiares entre os censos.

O *ranking* dos quatro principais produtos da lavoura permanente, em estabelecimentos familiares, pouco se alterou. Em 2006, o café (arábica mais canéfora) respondia por 45% de toda a *área colhida* de culturas permanentes da agricultura familiar, seguido pelo cacau (10%), pela banana (9%) e pela laranja (7%).¹⁰ Em 2017, o café representava 36% de toda a área colhida de lavouras permanentes em estabelecimentos agrícolas familiares, vindo, em seguida, o cacau (13%), a banana (10%) e o açaí (8%). Em termos de VP, a lista é parecida: em 2006, banana (31%), café (28%), laranja (11%) e uva (5%) concentravam as maiores participações no VP total da lavoura permanente no universo da agricultura familiar; em 2017, a ordem dos quatro primeiros era: café (46%), banana (14%), uva (8%) e cacau (5%).

O café, dada a sua importância em termos de área colhida e valor de produção, merece uma análise mais detalhada. A participação relativa da área colhida de café na agricultura familiar sobre a área colhida total dessa cultura reduziu-se de 45,5% para 42,8% (diminuindo, em termos

9. Todos os valores monetários mencionados no texto estão corrigidos para valores de dezembro de 2020, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

10. A redução da produção familiar de laranja como de outras culturas não indica necessariamente a diminuição da sua produção agrícola total: no caso dos produtos convertidos em *commodities* de exportação, como a laranja e, por exemplo, o arroz e o milho, essa variação pode significar a maior concentração desses produtos em estabelecimentos patronais.

TEXTO para DISCUSSÃO

absolutos, de 767,9 mil hectares para 692,5 mil hectares). A região Sudeste, que concentrava a produção familiar de café no Censo 2006, aumentou de 72% para 87% sua participação relativa na área colhida desse produto no universo da agricultura familiar. O VP do café pouco se alterou, com valores corrigidos, entre os censos: era de R\$ 18,5 bilhões em 2006 – com agricultura familiar respondendo por R\$ 6,1 bilhões – e passou a R\$ 18,1 bilhões em 2017 – R\$ 6,4 bilhões por parte da agricultura familiar. Com isso, aumentou de 33% para 36% a participação relativa da agricultura familiar no VP do café entre os censos. Em 2017, a região Sudeste representava, sozinha, 91% do VP do café, em unidades produtivas familiares.

Considerando as dez principais frutas da lavoura permanente da agricultura familiar em 2006 – banana, laranja, maracujá, limão, tangerina, manga, pêssego, maçã, goiaba e mamão – e observando como essas culturas evoluíram em 2017, observa-se que, nesse intervalo, a participação da agricultura familiar subiu de 34,0% para 36,8% da área colhida total destinada a essas dez frutas, indo de 349,6 mil hectares para 400,7 mil hectares. Selecionando as duas principais frutas para os dois censos, banana e laranja, que detêm, juntas, as maiores áreas colhidas em estabelecimentos familiares (representando, somadas, em 2006, em torno de 280 mil hectares), os dados apontam que as regiões Nordeste e Sudeste concentram a maior parte dessa superfície na agricultura familiar (76% em 2006 e 67% em 2017). Entre os censos, contudo, a participação do Nordeste na área colhida (sempre em estabelecimentos familiares) se manteve entre 39% e 38%, mas a do Sudeste se reduziu de 36% para 29%, queda ligeiramente compensada pela expansão dessas duas frutíferas no Norte (cuja participação sobre a área colhida delas subiu de 6% para 14%). Quanto ao do VP das dez principais frutas citadas antes, a participação relativa da agricultura familiar caiu de 44% (R\$ 10,6 bilhões) para 24% (R\$ 3,8 bilhões). Essa redução explica-se sobretudo pelo declínio do VP da produção frutífera da agricultura familiar nordestina, de R\$ 6,3 bilhões para R\$ 1,2 bilhão.

Uma atenção especial deve ser dada, entretanto, à participação da agricultura familiar na produção de culturas *regionais*, isto é, que, por tradição, têm predominância em uma das regiões.

Pode-se ver, por exemplo, no Norte, que a área plantada de açaí em estabelecimentos familiares aumentou quase 3,5 vezes, de 43,2 mil hectares para 147,7 mil hectares de 2006 a 2017. Mais que isso: 88% de toda a área cultivada de açaí no país (incluindo unidades familiares e não familiares) está em estabelecimentos da agricultura familiar da região Norte. A produção de cupuaçu dobrou sua área colhida em estabelecimentos familiares do Norte, indo de 3,3 mil hectares para 6,9 mil hectares, de 2006 a 2017, o que, nesse último ano, representava 51% de toda a produção de cupuaçu do país. O guaraná teve uma pequena alta, de 1,4 mil hectares para 1,8 mil hectares, na sua área colhida nos estabelecimentos familiares do Norte, e de 1,8 mil hectares

para 3,8 mil hectares nos do Nordeste. Somando a área colhida desses três produtos, a agricultura familiar, como um todo, responde por 86% da área colhida, e apenas a agricultura familiar da região Norte representa 83% do total de hectares destinados ao açaí, cupuaçu e guaraná em todo o país. Além disso, de 2006 para 2017, o VP somado dessas três culturas subiu de R\$ 468,5 milhões – R\$ 412,8 milhões na agricultura familiar – para R\$ 686,8 milhões – R\$ 533,5 milhões na agricultura familiar. Embora participação relativa de unidades agrícolas familiares sobre o VP total tenha caído (de 88% para 78%), os estabelecimentos familiares nortistas ainda respondem sozinhos por três quartos do VP desses três produtos somados.

No Nordeste, a área colhida de coco-da-baía quase dobrou, de 50 mil hectares para 93,3 mil hectares, entre 2006 e 2017, mas a agricultura familiar nordestina chegou a esse último ano concentrando apenas 36% do total regional. A participação da agricultura familiar nordestina na área colhida de coco-da-baía em todo o país subiu relativamente de 25% para 29% de 2006 a 2017 (saindo de 18,5 mil para 33,4 mil hectares em unidades familiares da região), mas a participação da agricultura familiar do Nordeste no VP total do coco caiu de 44% para 27% entre os censos. Com o caju (fruta e castanha), a perda de terreno da agricultura familiar foi significativa: a área colhida total variou de 261,1 mil hectares para 271,7 mil hectares entre os censos, mas quase todo esse acréscimo se deu na agricultura patronal, gerando à agricultura familiar uma perda de participação relativa de 57% para 54% da área colhida total. Apesar disso, praticamente toda a área colhida de caju na agricultura familiar brasileira em 2017 – 149,3 mil hectares – está na agricultura familiar do Nordeste – 147,8 mil hectares. Os dados do censo atual apontam também que a participação da agricultura familiar no VP do caju subiu de 48% para 62%; os estabelecimentos agrícolas familiares nordestinos respondem, sozinhos, por 60% do VP total do caju no país.

Em relação ao cacau, a área colhida e a participação relativa da agricultura familiar sobre o total aumentaram entre os censos: de 181,2 mil hectares para 258,7 mil hectares, de 35% para 51%, respectivamente. As agriculturas familiares do Norte e do Nordeste, com prevalência dessa última, respondiam, somadas, pela quase totalidade dessa área em 2017 (256,4 mil hectares), de sorte que metade da área colhida de cacau em todo o país (incluindo unidades familiares e não familiares) estava em estabelecimentos familiares nortistas e nordestinos. Assim também, em 2017, 55% do VP total do cacau vinha de unidades familiares daquelas duas regiões, um aumento considerável em relação a 2006, quando essa participação no VP total era de 38%. Com o dendê, dá-se o inverso: tanto em 2006 (17%) quanto em 2017 (10%) a participação da agricultura familiar na área colhida foi baixa, com Nordeste e Norte respondendo pela quase totalidade dos 8,2 mil de hectares dedicados à cultura em estabelecimentos familiares do país.

A área colhida de uva (vinho e mesa) da agricultura familiar seguiu sendo preponderante, em 2017: em torno de 43 mil hectares, ou 66% do total de área colhida de uva no país. Esse indicador se deve sobretudo à agricultura familiar da região Sul, que, sozinha, responde por 57% da área colhida de uva de toda a agricultura brasileira. A participação da agricultura familiar no VP da uva, entretanto, caiu de 52% para 47%, entre os censos, com as unidades agrícolas sulistas gerando 40% do VP total.

Quanto aos produtos da lavoura permanente que são matérias-primas importantes para a indústria, a borracha viu sua área colhida praticamente dobrar (de 69,8 mil hectares para 117,7 mil hectares, entre 2006 e 2017), com aumento da participação relativa da agricultura familiar sobre esse total, de 12% para 20%. No caso do sisal (fibra e folha), produzido exclusivamente no Nordeste, a área colhida total mais que triplicou entre 2006 e 2017, indo de 13,4 mil hectares para 43,1 mil hectares: a agricultura familiar nordestina cobria 60% da área colhida total, e sua participação relativa no VP do sisal em 2017 ficou em torno de 65%, em 2017, o mesmo índice de 2006.

4.2 Lavouras temporárias

O panorama dos dados para a análise de área colhida da lavoura temporária da agricultura familiar permite fazer uma comparação mais econômica. O primeiro elemento que chama a atenção na comparação entre os censos é, sem dúvida, a acentuada queda da área colhida para a lavoura temporária em estabelecimentos familiares: de 18,6 milhões de hectares, em 2006, para 9,8 milhões de hectares, isto é, praticamente a metade. Essa redução, como se observou nas seções anteriores deste estudo, já se anunciava pela própria diminuição da área utilizada, em unidades familiares, para a lavoura temporária.¹¹

Considerando apenas os produtos para os quais existem dados nos dois anos – e excluindo as culturas forrageiras e de sementes –, resta um rol de 32 produtos, cujos oito primeiros, em 2006, correspondem aos mesmos oito primeiros em área colhida em 2017, apenas com mudanças no ranqueamento. A área colhida desses produtos – soja, milho, feijão (todos os tipos), arroz, mandioca, fumo, cana e trigo – em 2006 – somava um total de 16,8 milhões de hectares, correspondendo a

11. No caso das lavouras temporárias, os dados de área colhida são superiores aos dados de área utilizada, como se pode observar cotejando os dados da tabela 3 com os valores aqui apresentados. Isto decorre de um fator metodológico: quando um produto tem mais de uma safra no ano (como o milho, por exemplo), os recenseadores do IBGE são instruídos a registrar a soma das áreas colhidas nas duas safras, mesmo que ocorridas na mesma área (IBGE, 2017).

95% de toda a área colhida dos 32 produtos (pouco menos de 18 milhões de hectares) em unidades familiares. Em 2017, mesmo com a queda abrupta da área colhida da lavoura temporária na agricultura familiar, esses oito produtos mantinham a proporção de 95% da área colhida – 8,3 milhões de hectares – dos produtos da lavoura temporária.

Para compreender melhor como se deu a perda de área colhida de lavoura temporária na agricultura familiar, a tabela 6 traz, para 2006 e 2017, a variação da área colhida das oito principais culturas em estabelecimentos familiares, suas respectivas proporções sobre o total, o “saldo” resultante e a variação percentual.

TABELA 6

Área colhida para produtos da lavoura temporária, por tipologia – Brasil (2006 e 2017)

Produtos	2006			2017			Saldo agricultura familiar (ha)	Variação agricultura familiar (%)
	Total (ha)	Agricultura familiar (ha)	Agricultura familiar/total (%)	Total (ha)	Agricultura familiar (ha)	Agricultura familiar/total (%)		
Milho em grão	11.588.372	6.323.657	55	15.783.895	2.745.039	17	-3.578.618	-57
Feijões	4.704.228	3.834.927	82	2.113.124	1.024.806	48	-2.810.121	-73
Soja em grão	17.882.805	2.731.537	15	30.722.657	2.846.006	9	114.469	4
Mandioca	1.695.644	1.465.012	86	740.611	564.535	76	-900.477	-61
Arroz em casca	2.413.150	1.164.867	48	1.716.600	273.250	16	-891.617	-77
Fumo	567.383	521.079	92	300.546	280.033	93	-241.046	-46
Cana-de-açúcar	5.677.391	478.492	8	9.127.645	240.704	3	-237.788	-50
Trigo	1.301.874	323.878	25	1.791.229	359.621	20	35.743	11

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE).

Como é possível notar, as reduções de área colhida do milho e do feijão em 2017 – as duas principais culturas temporárias da agricultura familiar em 2006 – acumulam uma perda de mais de 6 milhões de hectares. Dos oito produtos destacados, chama a atenção que apenas a soja e o trigo registraram crescimento absoluto de área colhida. A soja, além disso, se tornou, em 2017, o produto da lavoura temporária com maior área colhida na agricultura familiar, ultrapassando o milho e o feijão e chegando a 2,8 milhões de hectares. Além disso, entre as culturas que retraíram, é digno de nota que duas lavouras não alimentícias – cana e fumo – tenham sido as que sofreram menor variação relativa (ainda que com uma perda grande). Em relação ao fumo, salta aos olhos o largo predomínio da produção familiar para essa cultura: mesmo ante a perda de área colhida (de 521,1 mil hectares para 280,0 mil hectares) e as restrições do financiamento público dirigido ao fumo, 93% de sua área colhida estão em unidades familiares.

TEXTO para DISCUSSÃO

Uma análise das perdas da lavoura temporária, por região, na agricultura familiar, ajuda a delinear melhor o quadro. O feijão, por exemplo, abrangia 2,9 milhões de hectares de área colhida em unidades familiares do Nordeste, que respondiam, sozinhas, por 63% do total da área colhida de feijão (incluindo familiares e não familiares) no país. Em 2017, a cultura perdeu três quartos da área colhida no Nordeste, reduzindo-se a 761,8 mil hectares: portanto, a queda geral da área colhida de feijão na agricultura familiar se explica, em larga medida, pela retração da cultura na agricultura familiar nordestina. A perda de área colhida em estabelecimentos familiares no Nordeste explica também a redução da área colhida de arroz na agricultura familiar do país, de 1,16 milhão hectares para 273,5 mil hectares: em 2006, os estabelecimentos familiares nordestinos representavam um quarto de toda a área colhida de arroz no Brasil (2,4 milhões de hectares), com 621,1 mil hectares; em 2017, esse total reduziu-se em 84%, restando apenas 94,1 mil hectares de área colhida de arroz em unidades familiares no Nordeste.

Mesmo a mandioca, cultura alimentar tradicional da região, perdeu bastante espaço: em 2006, as agriculturas familiares do Norte e do Nordeste representavam 69% de toda a área colhida de mandioca no país, mas, em 2017, a participação das unidades agrícolas familiares das duas regiões se reduziu a 52%, com abrupta diminuição na área colhida – de 490,4 mil hectares para 183,1 mil hectares, no Norte, e de 680,5 mil hectares para 203,7 mil hectares no Nordeste. Também nesse caso, a redução da área colhida da mandioca nas agriculturas familiares nortista e nordestina responde pela redução total da área colhida do produto no país. Por fim, quanto ao milho, a soma da área colhida em estabelecimentos familiares do Nordeste e do Sul representava, em 2006, 44% de toda a área colhida de milho no país, mas a cultura perdeu considerável área, em estabelecimentos familiares, nas duas regiões em 2017 – menos 1,8 milhão de hectares e menos 1,2 milhão de hectares no Nordeste e no Sul, respectivamente, o que ajuda a explicar a perda da participação relativa da agricultura familiar sobre a área colhida de milho total.

Com a soja, por sua vez, algo surpreendente aconteceu. A cultura perdeu espaço na agricultura familiar gaúcha, que, em 2006, representava sozinha 14% de toda a área colhida no país, e avançou, em termos absolutos, em todas as demais regiões, exceto no Nordeste: entre 2006 e 2017, a área colhida de soja em estabelecimentos familiares saltou de 13,7 mil hectares para 38,1 mil hectares no Norte, de 78,5 mil hectares para 150,7 mil hectares no Sudeste e de 260,4 mil hectares para 386,6 mil hectares de agricultura familiar no Centro-Oeste.

Para algumas culturas temporárias de menor destaque em termos de área, a agricultura familiar segue tendo participação importante, apesar das perdas. Em 2006, por exemplo, 71% da área colhida de melancia estava na agricultura familiar; em 2017; essa proporção era de 61%. Os 72% da área colhida de abacaxi na agricultura familiar, registrados em 2006, continuaram no

mesmo patamar em 2017. Entre os legumes, a agricultura familiar segue representando, em 2017, mais da metade da área colhida da abóbora (69%) e para a cebola (51%). Houve, todavia, perdas significativas de participação da agricultura familiar na área colhida para o melão (de 50% para 17%), o amendoim (de 60% para 13%), a batata inglesa (40% para 16%), o tomate (de 35% para 16%) e o alho (de 64% para 34%). Para se ter ideia da magnitude dessas perdas, a área colhida somada das frutas (melão, abacaxi e melancia) em estabelecimentos familiares caiu de 176,7 mil hectares para 92,5 mil hectares, e a área colhida para as outras culturas mencionadas (abóbora, cebola, amendoim, batata, tomate e alho) caiu de 248,0 mil hectares para 115,6 mil hectares.

Em termos de VP, o *ranking* das principais culturas temporária por área colhida praticamente se repete, ainda que em outra ordem. Em termos agregados,¹² a participação da agricultura familiar no VP total da lavoura temporária caiu de 29% para 14%, com uma redução significativa nos valores absolutos de R\$ 47,3 bilhões para R\$ 37,9 bilhões. A tabela 7 mostra como foi essa evolução entre as principais culturas.

TABELA 7

Valor da produção de produtos da lavoura temporária, por tipologia – Brasil (2006 e 2017)

Produtos	2006			2017			Saldo agricultura familiar (R\$ 1 mil)	Variação agricultura familiar (%)
	Total (R\$ 1 mil)	Agricultura familiar (R\$ 1 mil)	Agricultura familiar/total (%)	Total (R\$ 1 mil)	Agricultura familiar (R\$ 1 mil)	Agricultura familiar/total (%)		
Milho em grão	23.734.696	10.907.584	46	38.014.529	6.428.507	17	-4.479.077	-41
Feijões	5.684.560	3.967.456	70	4.761.634	1.189.776	25	-2.777.681	-70
Soja em grão	40.666.955	6.079.373	15	115.488.541	10.717.307	9	4.637.934	76
Mandioca	7.941.728	6.877.322	87	6.935.585	5.548.049	80	-1.329.273	-19
Arroz em casca	8.606.348	2.952.305	34	9.510.152	1.099.945	12	-1.852.360	-63
Fumo	6.010.136	5.600.622	93	5.523.295	5.174.120	94	-426.501	-8
Cana-de-açúcar	45.351.170	3.960.253	9	54.192.842	1.810.322	3	-2.149.931	-54
Trigo ¹	1.864.360	386.489	21	2.993.324	514.170	17	127.681	33

Fonte:

Nota: ¹ Melancia ocupava a posição do trigo em 2006.

Como se pode ver, a soja e o trigo são as únicas culturas cujo VP da agricultura familiar aumenta – 76% e 33%, respectivamente –, embora a participação relativa das unidades agrícolas familiares no VP total desses dois produtos tenha se reduzido. Volta a chamar a atenção que o

12. Com valores corrigidos para o IPCA de dezembro de 2020.

fumo siga sendo uma cultura amplamente familiar, com perda relativamente baixa de VP, a menor, aliás, entre todos que sofreram perdas. Feijão, arroz e milho, nessa ordem, registraram, entre 2006 e 2017, as maiores perdas relativas em VP da agricultura familiar. Territorialmente, essas perdas refletem o mesmo quadro regional da área colhida.

4.3 Quantidade

A retração da produção agrícola familiar de alguns gêneros alimentícios de lavouras temporárias e permanentes acarretou redução da oferta de produtos como mandioca, feijão, café e banana. Outros, como arroz e milho, tiveram sua oferta aumentada em virtude do aumento da produção não familiar, em contraponto à queda da produção em estabelecimentos agrícolas familiares, um possível reflexo, no caso desses dois produtos específicos, do processo de commoditização.¹³ Essa ressalva é importante: uma vez que o produto se torna *commodity*, o aumento na sua produção, sobretudo em estabelecimentos patronais ou não familiares, pode estar relacionado à oportunidade econômica criada pelo aumento dos preços internacionais, que torna a opção pela exportação mais atraente que a venda para o mercado interno. A alta inflacionária verificada no preço do arroz no último ano – quando a produção se manteve em patamar alto – pode ser considerada um exemplo disso (Ipea, 2021).

A tabela 8 expressa a variação da quantidade produzida para alguns itens básicos da alimentação, entre 2006 e 2017.¹⁴

13. Um produto de origem primária se torna *commodity* quando, *grosso modo*, passa a ser comercializado nas bolsas de valores internacionais em virtude de seu valor comercial e estratégico. Assim, quando uma mercadoria é considerada *commodity*, seu preço passa a ser definido não pelo valor estipulado na produção, mas por sua cotação no mercado internacional. Com isso, se o preço do arroz se eleva no mercado externo por queda na produção mundial, ele aumentará de valor no Brasil, *principalmente para a exportação*, mesmo num contexto de produção alta. O mercado interno será afetado na medida em que a maioria dos produtores preferirá exportar, provocando assim uma alta nos preços internos.

14. Sem incluir a produção animal, tema da próxima seção.

TABELA 8

Quantidade produzida de produtos selecionados, por tipologia – Brasil (2006 e 2017)

Produtos	2006					2017				
	Total (t)	Não familiar (t)	(%)	Familiar (t)	(%)	Total (t)	Não familiar (t)	(%)	Familiar (t)	(%)
Arroz	9.687.838	6.484.298	67	3.203.540	33	11.056.719	9.849.184	89	1.207.535	11
Feijão	3.394.557	991.957	29	2.402.599	71	2.214.966	1.703.118	77	511.849	23
Mandioca	11.912.629	2.005.726	17	9.906.903	83	6.559.289	1.996.468	30	4.562.821	70
Milho	41.427.610	22.555.106	54	18.872.504	46	88.099.622	77.127.610	88	10.972.012	12
Laranja	12.175.593	10.174.041	84	2.001.553	16	13.298.769	12.206.111	92	1.092.658	8
Banana	4.168.318	1.901.423	46	2.266.895	54	4.025.937	2.072.124	51	1.953.813	49
Café	2.421.477	1.502.067	62	919.411	38	2.356.811	1.464.836	62	891.976	38

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE).

Como se vê na tabela 8, a quantidade total produzida de feijão caiu de 3,39 milhões de toneladas para 2,21 milhões de toneladas, uma redução de mais de um terço, toda ela concentrada em estabelecimentos da agricultura familiar – presumivelmente no Nordeste, região com mais estabelecimentos desse tipo. A mandioca teve uma redução de 45% – de 11,9 milhões de toneladas para 6,56 milhões de toneladas –, resultante, totalmente, da diminuição da produção de estabelecimentos agrícolas familiares. Com a banana e o café, as reduções foram mais suaves, com uma contribuição negativa da agricultura familiar menos determinante, ainda que significativa.

Duas conclusões podem ser alinhadas a partir disso. Em primeiro lugar, levando em conta os dados relativos à redução do número de estabelecimentos familiares, pode-se dizer que a perda da quantidade produzida de feijão e mandioca – itens essenciais da dieta alimentar brasileira – é mais atribuível à diminuição das unidades produtivas familiares que à perda de produtividade das remanescentes. Em segundo lugar, a “solução” para suplementar essa perda, em termos de garantia da segurança alimentar, passaria antes pelo fortalecimento e pela retomada dos estímulos dados por políticas públicas à agricultura familiar, que produz eminentemente para o mercado interno.¹⁵ Essa “solução” não ocorreria pela conversão desses produtos em *commodities*, uma conversão que, embora pudesse aumentar a quantidade produzida com a expansão dessas culturas em estabelecimentos patronais, não necessariamente resolveria o problema do abastecimento do mercado interno.

15. Valadares *et al.* (2020) listaram, por exemplo, uma série de ações em diferentes esferas governamentais de estímulo à produção agrícola familiar para o abastecimento alimentar no contexto da pandemia de covid-19 no Brasil.

5 PRODUÇÃO ANIMAL

Os dados concernentes à produção animal – em termos mais gerais e agregados –, mostram que a agricultura familiar manteve, em 2017, a participação expressiva que havia registrado em 2006, sobretudo quanto ao efetivo dos rebanhos. A tabela 9 indica aumento no efetivo de bovinos, bubalinos, caprinos e ovinos, com crescimento do número absoluto de cabeças para essas espécies em estabelecimentos agrícolas familiares. A participação relativa da agricultura familiar reduziu-se no caso dos rebanhos suínos e de aves (galinhas, galos, frangos), embora o efetivo de cabeças tenha aumentado significativamente em seus estabelecimentos.

TABELA 9

Efetivo dos rebanhos e participação da agricultura familiar – Brasil (2006 e 2017)

Rebanho (por cabeças)	2006			2017		
	Total	Familiar	(%)	Total	Familiar	(%)
Bovinos	176.147.501	52.374.292	30	172.719.164	53.607.594	31
Bubalinos	885.119	234.504	26	950.173	266.034	28
Equinos	4.541.833	2.227.105	49	4.236.062	1.980.001	47
Asininos	654.714	538.453	82	376.874	287.780	76
Muares	750.529	369.338	49	615.498	277.804	45
Caprinos	7.107.613	4.939.244	69	8.260.607	5.796.067	70
Ovinos	14.167.504	7.065.570	50	13.789.345	7.853.184	57
Suínos	31.189.351	18.411.976	59	39.346.192	20.237.925	51
Aves (galinhas, galos, frangos)	1.143.455.814	584.943.083	51	1.362.253.509	620.066.215	46
Outras aves	30.661.874	17.977.379	59	34.711.592	14.858.292	43
Coelhos	294.584	201.038	68	200.345	140.504	70

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE).

Essa relativa estabilidade dos efetivos de rebanho reflete-se, também, numa relativa estabilidade de participação das unidades agrícolas familiares por região, na produção animal da agricultura familiar como um todo. A tabela 10, a seguir, ao comparar as participações por região em 2006 e 2017, mostra que a região Sul segue sendo amplamente responsável pela produção de suínos (64%, em 2017) e aves (67%, em 2017) no universo da agricultura familiar brasileira, ao passo que a região Nordeste continua a responder, com dianteira folgada, pelo maior percentual de asininos, muares, caprinos e ovinos na agricultura familiar brasileira.

TABELA 10

Participação dos estabelecimentos familiares no efetivo de rebanhos, por região (2006 e 2017)

(Em %)

Rebanho (por cabeças)	2006					2017				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Bovinos	23	23	20	18	16	24	19	20	17	20
Bubalinos	80	11	5	3	1	74	12	9	4	2
Equinos	17	33	22	17	11	21	30	23	12	15
Asininos	3	94	2	1	0	4	91	4	0	1
Muares	13	62	17	4	3	15	60	17	3	5
Caprinos	1	93	2	3	1	2	95	1	2	1
Ovinos	3	76	3	16	3	3	81	2	13	2
Suíños	7	17	9	61	6	6	15	7	64	7
Aves (galinhas, galos, frangos)	2	7	21	63	6	3	8	15	67	7
Outras aves	3	8	15	72	2	5	10	7	67	11
Coelhos	2	10	17	69	2	2	9	22	64	2

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE).

A distribuição regional do efetivo de bovinos continua equilibrada em 2017 como em 2006, mas a participação de estabelecimentos familiares do Nordeste e do Sul recuou ante o crescimento da participação de unidades agrícolas familiares do Norte e do Centro-Oeste nessa produção. Os dados absolutos reiteram esse movimento. O efetivo de rebanho bovino no Norte aumentou de 11,9 milhões de cabeças para 12,9 milhões de cabeças de 2006 a 2017, ou seja, um aumento líquido de cerca de 1 milhão de cabeças, sempre em unidades agrícolas familiares. No Centro-Oeste, o crescimento foi de 8,5 milhões de cabeças para 10,5 milhões de cabeças. Nas demais regiões, as variações foram de pouca monta – com viés de alta no Sudeste e viés de baixa no Sul –, mas, no Nordeste, o efetivo de bovinos na agricultura familiar teve queda particularmente acentuada, indo de 12,2 milhões de cabeças para 10,4 milhões de cabeças.

Outro dado relevante para qualificar essa variação é o número de estabelecimentos familiares com rebanho bovino: esse número se reduziu em todas as regiões, à exceção de Norte – onde cresceu de 183,7 mil para 206,9 mil – e do Centro-Oeste – onde cresceu de 158,5 mil para 178,4 mil. Tais alterações vão na direção da hipótese de fundo que este estudo discute, a saber, a “substituição” parcial, no universo fundiário da agricultura familiar, de pequenas unidades de

lavoura no Nordeste e no Sul por grandes unidades (sempre familiares) de pecuária no Norte e no Centro-Oeste e também são condizentes com o aumento das áreas de pastagens nessas regiões.

Por sua vez, a participação da agricultura familiar na *produção de leite*, tanto na quantidade produzida quanto no VP, aumentou sensivelmente no período intercensitário.¹⁶ No que diz respeito à quantidade produzida, o crescimento absoluto foi de 11,8 bilhões de litros para 19,3 bilhões de litros, com a participação relativa da agricultura familiar sobre a oferta total de leite – incluindo unidades familiares e não familiares – oscilando de 57,6% para 64,2%. Quanto ao VP de leite, a participação da agricultura familiar subiu de 55,9% sobre o VP total para 62,7%, ultrapassando R\$ 20 bilhões em 2017. Regionalmente, a estrutura de participação pouco mudou: em 2017, as regiões Sul (41%) e Sudeste (29%) seguiram mantendo a preponderância, em termos de quantidade produzida de leite, observada em 2006 – quando o Sul tinha 38% e Sudeste 28%. A agricultura familiar do Sul e Sudeste representam, pois, 70% de todo o leite produzido pela agricultura familiar brasileira; em 2017, aliás, a agricultura familiar do Sudeste e do Sul respondia por 45% de toda a quantidade de leite produzida no país (incluindo unidades familiares e não familiares).

Em contrapartida, a participação da agricultura familiar na quantidade da produção de ovos reduziu-se de 16%, em 2006, para 12%, em 2017; o VP se manteve em torno de 17% para os dois anos.

6 PRODUÇÃO VEGETAL EXTRATIVISTA

Os dados concernentes à produção vegetal extrativista atestam que, nessa atividade, a agricultura familiar continua a ser preponderante. Em 2006, a agricultura familiar respondia por 80% de todo o valor da produção extrativista (R\$ 2,58 bilhões); em 2017, com ligeira queda, esse patamar seguiu sendo alto, 75% do total (R\$ 2,62 bilhões). A tabela 11 traz informações sobre o VP da agricultura familiar para produtos selecionados e seu percentual sobre o total, em 2017. Os números, pouco diferentes dos observados para o Censo 2006, atestam esse amplo predomínio da agricultura familiar na produção vegetal.

16. Apesar disso, o número de estabelecimentos familiares com produção de leite caiu de 1,09 milhão, em 2006, para 955,1 mil, em 2017. Esses números são superiores aos de estabelecimentos com efetivo de bovino porque, neste último caso, contam-se apenas aqueles com mais de cinquenta cabeças.

TABELA 11

Participação da agricultura familiar sobre o VP total da produção vegetal – Brasil (2017)

Produtos	VP total (R\$ mil)	VP familiar (R\$ mil)	(%)
Total	2.624.619,22	1.970.163,92	75
Açaí (fruto)	756.764,40	645.045,70	85
Babaçu (coco e amêndoa)	131.089,51	122.249,28	93
Borracha (látex coagulado)	3.736,98	2.704,79	72
Cupuaçu	2.901,24	2.613,78	90
Erva-mate	116.972,89	68.495,38	59
Lenha	483.327,83	416.602,72	86
Madeira em toras para papel	4.955,63	2.589,36	52
Madeira em toras outra finalidade	462.575,22	253.022,47	55
Palmito	20.377,47	17.141,05	84
Pequi	17.324,18	12.096,63	70
Piaçava (fibra)	13.947,91	10.954,55	79
Pinhão	11.297,51	7.850,21	69

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE).

Fica evidente que os produtos do extrativismo vegetal são territorialmente mais concentrados, o que gera, para alguns deles, o protagonismo de uma região. Assim, por exemplo, o Sul respondia, em 2017, pela quase totalidade do VP de erva-mate (99%) e do pinhão (96%), ao passo que a região Norte representava 98% do VP do açaí, 57% do VP da borracha, 94% do VP do cupuaçu e 58% do VP do palmito. Ainda chama a atenção, no entanto, que a região Nordeste, além de representar 97% do VP do coco-babaçu, concentre a maior parte do VP de extração de madeira, no âmbito da agricultura familiar: 58% do VP da lenha, 78% do VP da madeira em tora para papel e 45% do VP da madeira em tora para outra finalidade. Esses valores, a despeito de um ligeiro viés de baixa, não apresentam variações expressivas entre os Censos 2006 e 2017. Convém notar, no entanto, que o número de estabelecimentos familiares dedicados à extração de madeira para papel ou outra finalidade reduziu-se em todas as regiões. Por seu turno, o número de unidades agrícolas familiares que realizam extração de lenha aumentou bastante de 2006 a 2017 – de 179,0 mil para 273,9 mil estabelecimentos. Todo esse crescimento ocorreu em estabelecimentos familiares do Norte e do Nordeste – em todas as demais regiões esse número caiu –, e, embora o Nordeste siga mantendo a maioria dos estabelecimentos familiares que extraem lenha – 156,9 mil em 2017 –, o número de

unidades familiares do Norte dedicadas a essa atividade mais que triplicou entre os censos, aumentando de 20,1 mil, em 2006, para 63,6 mil em 2017.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo pretendeu oferecer um panorama das mudanças relativas aos usos da terra, nos estabelecimentos de agricultura familiar, entre os Censos de 2006 e 2017, tendo, como pano de fundo, a redução do número total de estabelecimentos familiares no período, com conservação do total agregado da área.

Ao longo das seções, buscou-se acumular evidências e indícios, a partir da comparação entre os dados dos Censos de 2006 e 2017, para propor a hipótese de que, por trás dessa “estabilidade” agregada quanto à dimensão da área ocupada por estabelecimentos familiares, se processou uma dinâmica de “substituição” pela qual unidades familiares de grande escala no Norte e no Centro-Oeste – regiões de expansão da fronteira agrícola – compensaram a perda de área resultante da queda do número de unidades familiares de pequena escala, situadas no Nordeste e no Sul – regiões tradicionais de ocupação agrícola de base familiar. Essa compensação da área sem a contrapartida da compensação do número de estabelecimentos agrícolas familiares explica-se, como foi visto, pelas diferenças do tamanho do módulo fiscal nas regiões.

Outros elementos foram acrescentados a esse panorama inicial para mostrar que, para além dessa “substituição” regional e de escala, ocorreu, também, uma substituição de atividade ou, ao menos, uma mudança de tendência: as pequenas unidades agrícolas familiares do Nordeste e do Sul dedicadas à lavoura – sobretudo, temporária – perderam espaço para grandes unidades agrícolas familiares do Norte e do Centro-Oeste com predomínio da pecuária.

Por fim, analisando os dados de produção por uso da terra, notou-se que os produtos da lavoura temporária efetivamente perderam espaço na agricultura familiar e que esta, em consequência, perdeu participação sobre a produção de itens alimentares importantes, como feijão, arroz, milho e mandioca. No caso do feijão e da mandioca, a perda de estabelecimentos familiares no Nordeste parece diretamente associada à queda da produção – em área colhida, em quantidade produzida e VP –, enquanto, no caso do arroz, a commoditização do produto sustentou, mediante estabelecimentos não familiares, os patamares de quantidade produzida, sem que isso implicasse a sustentação da oferta interna do alimento.

Cumprе ressaltar, no entanto, que a redução drástica do número de estabelecimentos familiares e das quantidades produzidas pela agropecuária no Nordeste certamente exprime, em alguma

medida, os efeitos da seca severa que castigou a região entre 2012 e 2017, apontada por especialistas como a pior seca dos últimos cem anos.

Não obstante as perdas observadas entre os censos, em especial quanto à contribuição da agricultura familiar para as lavouras temporárias, os agricultores familiares do país seguem aportando colaborações decisivas para grande parte dos produtos da lavoura permanente – café, frutas em geral, com ênfase nos produtos regionais –, bem como para a maioria dos produtos ligados ao extrativismo e à criação de animais, respondendo por mais da metade do efetivo de caprinos, ovinos e suínos, por quase um terço do efetivo bovino e pela maior parte da produção de leite, e ainda por quase metade da produção avícola.

Os resultados apontados aqui delineiam um panorama preocupante em relação à produção de alimentos no país. Esse temor, embora não diga respeito à capacidade de oferta da agricultura brasileira em termos gerais, gira em torno de dois pontos: a comoditização de produtos alimentícios, cuja produção passa a concentrar-se mais fortemente no setor patronal, obedecendo antes à dinâmica do mercado externo que às necessidades do mercado interno – sobretudo num quadro de desmantelamento de políticas de compras públicas e de estocagem de alimentos –, e o enfraquecimento da agricultura familiar de pequeno porte e de lavoura, que não apenas tem na produção de alimentos sua vocação, como, além disso, tem uma função socioeconômica importante na fixação das famílias no campo e na conformação da economia dos pequenos municípios, sobretudo no Sul e no Nordeste. Como, no espaço de coleta do censo, os efeitos da longa estiagem que assolou o Nordeste ainda se faziam sentir, é necessário que estudos futuros observem até que ponto as tendências apontadas aqui expressam uma mudança, de fato, estrutural na agricultura familiar brasileira.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. *et al.* Dimensões e características do público potencial do Grupo B do Pronaf na região Nordeste e no estado de Minas Gerais. *In*: FERREIRA, B.; SCHNEIDER, S.; ALVES, F. (Ed.). **Aspectos multidimensionais da agricultura familiar brasileira**: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006. Brasília: Ipea, 2014.

DEL GROSSI, M. *et al.* Comunicação de pesquisa. Delimitando a agricultura familiar nos censos brasileiros. **Revista NECAT**, v. 8, n. 16, jul.-dez. 2019.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Módulos fiscais**. Brasília: Embrapa, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/3sYRvKf>>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**: manual do recenseador. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. p. 105. Disponível em: <<https://bit.ly/34BwRqo>>.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Desenvolvimento rural. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 28, p. 320, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3KvZVyL>>.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma Re(li)gião**: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

REBELLO, A. Seca de 2012 a 2017 no semiárido foi a mais longa na história do Brasil. **Portal Notícias Uol**, 3 mar. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3pSVK8l>>.

SCHNEIDER, S.; GAZOLA, M.; AQUINO, J. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **Revista de Economia e Sociologia**, Piracicaba, v. 56, n. 01, p. 123-142, jan.-mar. 2018.

SCHNEIDER, S. *et al.* Pluriatividade e plurirrendimentos nos estabelecimentos agropecuários do Brasil e das Regiões Sul e Nordeste. *In*: FERREIRA, B.; SCHNEIDER, S.; ALVES, F. **Aspectos multidimensionais da agricultura familiar brasileira**: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006. Brasília: Ipea, 2014.

VALADARES, A.; ALVES, F. A redução do número de estabelecimentos familiares e do pessoal ocupado na agricultura familiar: hipóteses à luz da análise dos Censos Agropecuários 2006 e 2017. **Mercado de Trabalho**, Brasília, n. 70, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3hSwwi6>>.

VALADARES, A. A. *et al.* **Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do Covid-19**: uma abordagem das ações públicas emergenciais. Brasília: Ipea, 2020. (Nota Técnica, n. 69).

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Chefe do Editorial

Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Chefia

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

Revisão

Alice Souza Lopes

Amanda Ramos Marques

Ana Clara Escórcio Xavier

Clícia Silveira Rodrigues

Luiz Gustavo Campos de Araújo Souza

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Reginaldo da Silva Domingos

Brena Rolim Peixoto da Silva (estagiária)

Nayane Santos Rodrigues (estagiária)

Editoração

Anderson Silva Reis

Cristiano Ferreira de Araújo

Danielle de Oliveira Ayres

Danilo Leite de Macedo Tavares

Leonardo Hideki Higa

Capa

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Projeto Gráfico

Aline Cristine Torres da Silva Martins

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL